



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Combate ao trabalho ilegal e revisão integral do Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal e da Lei da contratação de trabalhadores não residentes

Com o desenvolvimento, a reconversão e o *upgrade* das indústrias de Macau, o mercado de trabalho apresenta nova vitalidade e a sociedade está particularmente atenta ao trabalho ilegal. Actualmente, os principais diplomas que regulam este acto são o Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal e a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, que estão em vigor há mais de 20 e 16 anos, respectivamente. Com o desenvolvimento e as mudanças socioeconómicas, estes regimes estão já desactualizados, o que prejudica os direitos e interesses dos trabalhadores e empresas locais, e afecta o desenvolvimento económico, por isso, espero que o Governo proceda, oportunamente, à sua revisão.

Revedo o desenvolvimento social destes 20 anos, constata-se uma notória mudança estrutural nas formas e tendências do trabalho ilegal: inicialmente, encontrava-se principalmente nos trabalhadores ilegais nos estaleiros e, posteriormente, passou para motoristas ilegais, trabalhadores nos sectores da restauração e de serviços e obras de remodelação, e guias turísticos; nos últimos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

anos, com as mudanças nas actividades económicas, surgiram outras formas de trabalho ilegal com maior ocultação e mobilidade, como a prestação ilegal de serviços de filmagem ou maquilhagem. Mais, alguns estrangeiros abusam das excepções previstas no Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal, alegando que entram em Macau para prestar orientação técnica, ou realizar intercâmbio cultural ou actividades artísticas, mas, na realidade, exercem actividades de filmagem comercial ou maquilhagem, ou em convenções e exposições, com impacto muito amplo. Há vozes na sociedade que criticam a falta de clareza das referidas excepções, por exemplo, segundo o sector académico, alguns académicos do exterior foram punidos por terem participado na defesa da sua tese.

Segundo os dados, em 2025, os Serviços para os Assuntos Laborais aplicaram sanções administrativas a 668 empregadores e não residentes por trabalho ilegal, incluindo o trabalho em local diferente do autorizado, o trabalho em actividade profissional alheia à autorizada, os trabalhadores ilegais e os por conta própria, no valor de mais de 6 milhões de patacas, ou seja, em média, cerca de 9 mil patacas por pessoa. Este montante é muito inferior aos custos de salário e regalias poupados com a contratação de longo prazo de trabalhadores ilegais ou com o trabalho em actividade profissional alheia à autorizada, o que limita o espaço de desenvolvimento dos locais e, ainda, coloca as empresas que contratam os trabalhadores legais em desvantagem competitiva, acabando por conduzir a um círculo vicioso de que “a má moeda expulse do mercado a boa moeda”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Tomando como referência a prática de Hong Kong, este procedeu, em 2021, à revisão integral do “Immigration Ordinance”, agravando significativamente as penas para a contratação de trabalhadores ilegais até 500 mil dólares de Hong Kong em multa e 10 anos em prisão; entretanto, implementou ainda o sistema de registo de assiduidade electrónico com “cartão de registo de trabalhador” nos sectores de alto risco, como a construção civil, aproveitando meios tecnológicos para verificar rapidamente a identidade. Com a estratégia de “agravar as sanções e aproveitar as tecnologias”, Hong Kong conseguiu aumentar os custos da violação da lei, o que se reveste de significado de referência.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Actualmente, as sanções para a contratação de trabalhadores ilegais e para o trabalho ilegal são baixas, com efeitos dissuasores insuficientes. Para salvaguardar o direito ao emprego dos locais e garantir às empresas cumpridoras da lei um ambiente de concorrência leal, o Governo planeia, ou não, rever e aumentar as sanções para a contratação de trabalhadores ilegais e para o trabalho em local diferente do autorizado ou em actividade profissional alheia à autorizada?

2. Quais são as novas tendências nos sectores com trabalho ilegal detectado nos últimos anos e nos seus tipos? Face às formas de trabalho ilegal com maior ocultação e mobilidade, surgidas nos últimos anos, o Governo vai introduzir meios tecnológicos para a verificação imediata da identidade dos trabalhadores envolvidos? Vai construir uma plataforma inteligente mais conveniente para



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

denúncias, a fim de reforçar o combate ao trabalho ilegal e elevar a respectiva eficiência?

3. O Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal, em vigor há mais de 20 anos, não se consegue articular com as necessidades do desenvolvimento socioeconómico e carece de efeitos dissuasores para o trabalho ilegal. Mais, o sistema de consulta jurídica *online* para as exceções ali previstas procede à comunicação do conteúdo e dos documentos de consulta do requerente ao Corpo de Polícia de Segurança Pública, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes. Mas, neste momento, o sistema tem apenas funções de “consulta” e as respectivas normas do Regulamento são ambíguas, então, o Governo vai proceder a uma revisão integral do mesmo?

25 de Abril de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun Iok